

Uma análise da formulação do Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Rio Grande do Sul

An analysis of the State System of Participatory Evaluation formulation of Rio Grande do Sul

Nalú Farenzena

Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS – Brasil
nalu.farenzena@ufrgs.br

Caroline Cristiano Cardoso

Licenciada em Pedagogia. Membro do Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS – Brasil.
carolc_rock@hotmail.com

Cleusa Conceição Terres Schuch

Doutora em Educação. Membro do Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS – Brasil.
cleusaschuch@gmail.com

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar significados atribuídos ao Sistema Estadual de Avaliação Participativa (Seap) na sua fase inicial de formulação, nos anos de 2011 e 2012. É empregada metodologia de análise de formulação de política pública e os dados empíricos provêm de documentos e de entrevistas realizadas com os principais atores da formulação. A partir do exame da colocação da política na agenda governamental e de conteúdos referentes às suas motivações e finalidades, é evidenciado que o Seap reuniu anseios de proposição de um sistema alternativo às avaliações de larga escala de estudantes, de obtenção de dados de contexto complementares para a (re)formulação de ações públicas e de promoção da democratização nas instâncias escolares e administrativas da Rede Estadual de Educação.

Palavras-chave: Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Rio Grande do Sul. Análise de política pública. Avaliação institucional na educação. Formulação de política pública educacional. Gestão de sistemas educacionais.

Abstract

The objective of this paper is to analyse the meanings assigned to the State System of Participatory Evaluation (Seap) of Rio Grande do Sul, Brazil, in its early years of formulation (2011/2012). It is employed an analysis methodology of formulation of public policy, and the empirical data comes from documents and interviews with the main performers of the formulation. From the examination of the policy insertion in the governmental agenda, as well as the content related to its motivations and goals, it is evidenced that Seap aligned

aspirations of proposing an alternative system to the present large scale evaluation of students, obtaining data on complementary contexts to (re)formulate public actions and promote the democratization of school and administrative instances in the state network of education.

Keywords: State System of Participary Evaluation of Rio Grande do Sul. Public policy analysis. Institutional evaluation in education. Formulation of educational public policy. Educational systems management.

Para situar a política e o estudo

Na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, foi implantado, em 2012, o Sistema Estadual de Avaliação Participativa (Seapou Seap/RS), política que tem como principal instrumento a realização de avaliações institucionais anuais, de tipo diagnóstico, realizadas pelas comunidades escolares dos estabelecimentos escolares da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul (RS) e pelos órgãos administrativos da Secretaria Estadual da Educação (Seduc), incluindo a sede e as 30 coordenadorias regionais da educação (CRE).

De modo resumido, são elementos característicos da avaliação institucional das escolas, das coordenadorias de educação e da Seduc, nos anos de 2012 e 2013:

- Há três instrumentos padronizados – um para escolas, outro para as CRE e um terceiro para a Seduc –, e a avaliação deve ocorrer, em cada instituição, por meio de processos que envolvam a participação de segmentos ou setores e há um registro final realizado em sistema *online* acessível aos dirigentes escolares e das demais instâncias.
- O Seap foi instituído pelo Decreto n.º 48.744/2011, na gestão Tarso Genro no executivo estadual (2011-2014), governo este liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A política, no seu formato original, teve fixado como principal objetivo explícito o de fornecer informações que apoiassem a (re) definição de ações públicas na educação estadual.
- A avaliação institucional contém 50 indicadores, distribuídos em seis dimensões, havendo variação, em cada um dos três instrumentos, do conteúdo e do número de indicadores em cada dimensão: Gestão Institucional; Espaço Físico da Instituição; Organização e Ambiente de Trabalho; Condições de Acesso, Permanência e Sucesso na Escola; Formação dos Profissionais da Educação; Práticas Pedagógicas e de Avaliação.

- Cada indicador recebe uma pontuação, dentro da escala de 1 a 5, de acordo com os descritores de cada ponto, havendo, contudo, a explicitação de uma valoração mais ampla: valor 5, situação *ideal*; valor 4, situação *muito boa*; valor 3, situação *boa*; valor 2, situação *precária*; valor 1, situação *crítica*. Ademais, em cada indicador pode ser marcado *não se aplica* (NSA). Cada registro de pontuação de indicador deve ser justificado.

A própria política prevê avaliação externa, atividade que vem sendo realizada por uma instituição pública de educação superior do RS, desde o início de 2014¹. Essa avaliação externa focar resultados e processos do Seape inclui um subprojeto, intitulado *Análise de Processos e de Instrumentos da Formulação e de Reformulações do SEAP/RS*, cujo objetivo geral é caracterizar referenciais, processos e atores na formulação e em reformulações significativas da política. Neste artigo, apresentamos resultados deste subprojeto, com o recorte logo mais indicado.

Analizamos, ao longo deste artigo, a formulação do Seape nos anos de 2011 e 2012, com o objetivo de compreender significações que lhe foram atribuídas na fase inicial, no que diz respeito a motivações e finalidades da política.

O texto conta com cinco seções, incluindo essa introdução. Na sequência, explicitamos noções da análise de políticas públicas referentes à formulação, bem como procedimentos de pesquisa; as significações atribuídas ao Seape são trabalhadas nas duas seções seguintes, respectivamente sobre inserção do Seape na agenda governamental e conteúdos da política formulada, com base em análise documental e depoimentos colhidos em entrevistas. Nos comentários finais, sublinhamos que, na concepção inicial do Seape, cruzaram-se anseios de proposição de um sistema alternativo às avaliações de larga escala de estudantes, de obtenção de dados de contexto complementares para a (re)formulação de ações públicas e de promoção da democratização da gestão nas instâncias escolares e administrativas da Rede Estadual de Educação.

Apontamentos sobre o marco teórico-metodológico de análise do Seape/RS

O processo de *formulação de uma política* é a fase de construção dos parâmetros, das alternativas e do programa de ação, os quais vão delimitar a

sua implementação. Conforme Jacquot (2006), nessa fase, o problema público é tratado pelo governo e se transforma em política pública; alternativas são formuladas como soluções possíveis para o problema e ocorre o momento próprio da decisão.

Como argumenta Arretche (2001), tanto a formulação quanto a implementação de políticas são campos de incerteza e o seu desenho final não será necessariamente o mais adequado. A autora alerta para o fato de que os formuladores nem sempre dispõem de completa e perfeita informação acerca da realidade sobre a qual a política irá interferir.

Souza (2006) alerta para o fato de que um dos desafios, para os pesquisadores, é justamente reconstruir, no processo da pesquisa, os propósitos das políticas, pois nem sempre eles são explícitos, ou pelo menos não na sua totalidade. E este foi assumido como desafio na pesquisa: traduzir os propósitos do Seap, com base nas evidências oriundas do campo empírico.

Kingdon (2006a, 2006b) é um teórico que se dedicou ao estudo dos momentos pré-decisórios das políticas. O autor adentrou no estudo da “agenda governamental”, o que possui significado fundamental no estudo das *policies*. No modelo de análise de formação de agenda pública proposto por Kingdon, são considerados três fluxos independentes que delimitam a maior ou menor possibilidade de que uma situação venha a ser compreendida como um problema e ingressar na agenda pública e na agenda governamental: o fluxo político, o fluxo de problemas e o fluxo de políticas. Kingdon também decompõe o processo de formulação de políticas, sendo esse composto por: emergência de problemas; colocação na agenda; discussão de alternativas; tomada de decisão².

Os elementos envolvidos na análise de formulação de política pública, acima sintetizados, nos guiaram, no desenvolvimento do estudo, a buscar contínua articulação entre a política estudada (o Seap), os problemas a que se conecta, os processos políticos de sua (re)elaboração, as regras e quadros institucionais em que se insere e os referenciais (cognitivos e normativos) de ação pública que fundamentam seus conteúdos.

Em termos de técnicas, a pesquisa empírica envolveu análise de documentos e de depoimentos colhidos por meio de entrevistas semiestruturadas³ com quatro atores-chave da formulação, a fim de levantamento dos objetivos, de motivações, de recursos, de relações e de processos do Seap. Para a análise documental de natureza qualitativa foram utilizados procedimentos descritos em Céliard (2008).

Emergência da política: agenda governamental na elaboração do SEAP/RS

Esta seção trata da agenda governamental do governo estadual do Rio Grande do Sul quando da elaboração do Seap no ano de 2011. Para tal, analisamos documentos legais, demandas estaduais no campo educacional e o momento político da época.

O termo *agenda* tem aqui a conotação de lista de temas ou problemas que são alvo, em dado momento, de séria atenção, tanto de parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estreitamente associadas às autoridades (KINGDON, 2006a). Em nossa pesquisa, buscamos verificar como a educação básica pública constava na pauta governamental, quais temas estavam previstos, e se a avaliação do sistema estadual de educação integrava algum desses temas.

No documento *Programa de Governo para a gestão 2011-2014*, elaborado pela Unidade Popular pelo Rio Grande — constituída pelas legendas Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido da República (PR) —, a parte que trata da educação apresenta oito eixos prioritários e em nenhum deles consta a proposta da realização de uma avaliação institucional.

O documento *Demonstrativo das Metas Anuais da Lei Nº 13.769, de 4 de agosto de 2011, anexo1.a*, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício econômico-financeiro de 2012, informa que o Estado iria buscar fontes de financiamento para a execução do Proredes/RS⁴, junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Um dos eixos prioritários do Proredes/RS era a Educação.

Na consulta à Lei n.º 13.808, de 18 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, encontramos uma referência ao campo educacional: alteração da ação *Democratização das Relações nas Diferentes Instâncias Seduc, CRES e Escolas*, com a construção de políticas de gestão educacional para:

Definir coletivamente a política de gestão em todas as instâncias do sistema estadual de ensino, estabelecendo funções e fluxos

condizentes com estrutura organizacional, dinâmica e humanista. Definir padrões de gestão que atendam à eficiência administrativa com racionalização de custos e qualidade da atividade fim. Estabelecer, através das Coordenadorias, uma assessoria permanente, em serviço, às escolas, para juntos construírem as alternativas necessárias e inovadoras na área político-pedagógica e administrativa [...].

Na análise dos depoimentos colhidos nas entrevistas, foi possível identificar elementos importantes que indicam que a proposta da política de avaliação institucional partiu da Secretaria Estadual de Educação, como está expresso nesse trecho de entrevista com o secretário estadual de educação:

[...] nós apresentamos essa alternativa para o Governador na época ...a alternativa do Seap, ele gostou porque ele achou parecido com o Sinaes, um método de avaliação do ensino superior que fora construído na gestão dele como ministro [...] e que achava a alternativa que nós estávamos apresentando como uma alternativa coerente, e nós começamos a trabalhar com o Seap. [...] O Seap realmente não foi o resultado de uma discussão com a rede com as escolas, mas uma (decisão/avaliação) da secretaria para responder politicamente, de imediato [...]. (ENTREVISTADO 1).

O secretário informou que a ideia da política surgiu em contraponto ao modelo hegemônico de avaliação que vem sendo aplicado, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (Saers)⁵, ambos com foco nos resultados:

[...] então nós consideramos o Seap como uma contribuição de uma vertente de concepção de auto avaliação institucional contra hegemônica e a gente acha que as avaliações de larga escala e essas avaliações meritocráticas já são praticamente hegemônicas no país.. a maioria desses casos estão estruturando e moldando de roldão, pela influência do setor produtivo que quer implementar econometria na educação de qualquer jeito. (ENTREVISTADO 1).

O diretor pedagógico (entrevistado 3) da Seduc em 2011 informou que as discussões sobre políticas de avaliação da educação com o secretário de educação que assumiria já vinham acontecendo desde a transição de governos, no final do ano de 2010:

[...] nós, durante o período de transição começamos a analisar os dados do Saers, porque era o que tinha de avaliação existente no estado, que era basicamente voltado à questão do aluno, e nós víamos uma grande lacuna em relação à avaliação institucional [...] (ENTREVISTADO 3).

Foi possível identificar que a avaliação institucional do sistema estadual de ensino passou a ocupar espaço na agenda governamental, a partir de uma proposta da Seduc num momento político delicado, em que estava sendo colocado em xeque o trabalho do secretário, pois havia uma pressão da mídia, conforme depoimento do secretário de educação à época:

[...] e a mídia dizia, e ela não dizia por acaso, que a Secretaria de Educação, e eu particularmente, estávamos em choque [...] colisão com o Governador e na realidade não era diretamente com o Governador, mas com um núcleo que estava próximo ao Governador e essa discussão ficou muito complicada, então [...] eles também nos tencionavam a ter uma alternativa [...] (ENTREVISTADO 1, 2014).

Portanto, é possível concluir que a política *Sistema Estadual de Avaliação Participativa*, nos moldes em que foi construída, não constava na agenda governamental preliminar do governo (2011-2014). Ela é resultado de uma conjuntura específica: referenciais do secretário e equipe da Seduc, desejando uma nova forma de avaliação da Rede Estadual de Ensino; pressão da mídia; divergências com pessoas mais próximas, do gabinete do governo estadual; governador que aceitou a nova proposta; e a necessidade da Seduc dar uma resposta à sociedade e à Rede Estadual de Ensino de que algo diferente do que existia até então – mais restrito à avaliação de rendimento dos estudantes – estava sendo gestado por aquele governo. Enfim, o tema da avaliação da

Rede Estadual de Ensino se tornou relevante naquele momento, como se uma “janela” fosse aberta para essa política pública, em que os defensores de uma causa – secretário e equipe – ofereceram uma solução. Como afirma Kingdon (2006b, p. 237), “As janelas são abertas por eventos que ocorrem tanto na dinâmica dos problemas quanto da política”.

Na próxima seção, com a intenção de compreender fundamentos e finalidades que estruturaram o Seap/RS no seu período de formulação, são analisados outros documentos e depoimentos pertinentes ao assunto.

Conteúdos da formulação inicial do Seap/RS

A seguir, focamos a elaboração do Seape fundamentos da política inicialmente formulada tendo como subsídios documentos específicos do Sistema produzidos nos anos de 2011 e 2012 e as entrevistas realizadas.

Os documentos analisados são datados, em sua maioria, de 2011, ano em que o governo do estado tomou posse, tendo havido alternância em relação à composição política anterior. A política educacional do novo governo, segundo o discurso oficial, teve como alicerce a democratização da educação sob três dimensões: a gestão, o acesso à escola e o acesso ao conhecimento com qualidade social. Outro aspecto desse ano relacionado à educação foi a divulgação da política de reestruturação curricular do Ensino Médio, que também estava na agenda de decisões do ano de 2011. Ademais, nesse ano, o Ideb mostrava uma queda no Ensino Médio da rede estadual, situação que provocava uma forte pressão ao governo que se instalava. Era uma fase de intensas demandas e tensões na área da educação.

Muitos dos documentos analisados são de autoria coletiva, na sua maioria elaborados pela coordenação do Seap na Seduc⁶. Com as entrevistas foi possível identificar os autores dos documentos. Segundo os entrevistados, a política, de forma geral, foi pensada inicialmente pelo diretor pedagógico e pelo secretário da educação, período em que entrou para a *agenda decisória*. No início da formulação do Seap passa a integrar a equipe do Seap na Seduc uma assessora técnica do gabinete do Departamento Pedagógico, ficando mais ao seu encargo a parte da elaboração detalhada dos instrumentos de avaliação. Também

entram nessa equipe a secretária adjunta e duas assessoras técnicas do Gabinete do Secretário.

No quadro 1, indicamos os três documentos do Seap levados em conta para o recorte proposto neste artigo, portanto, não se encontram nele todos os documentos estudados na pesquisa. Subdividimos a análise em subcategorias que acreditamos estarem mais relacionadas à explicitação dos significados atribuídos ao Seap pelos atores que estiveram mais diretamente envolvidos na elaboração da política: origens da demanda e finalidades do Seap.

Título e data do documento	Autor do documento	Tipo de documento	Objetivo do documento
Decreto n.º 48.744, de 28 de dezembro de 2011 28/12/2011	Poder Executivo Estadual	Gênero: iconográfico Formato: digital Tipo: Decreto	Instituir o Seap/RS, no âmbito da Rede Estadual de Ensino, sob a coordenação da Secretaria da Educação e determinar as medidas necessárias à sua efetiva implementação.
Sistema Estadual de Avaliação Institucional Participativo – RS 2011	Secretaria da Educação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Gênero: iconográfico Formato: digital Tipo: documento interno	Apresentar a política proposta com a justificativa para sua formulação e informações sobre a sua constituição. Esse documento é um dos primeiros elaborados e antes da implementação das políticas muitas mudanças em relação à proposta desse documento foram feitas, como por exemplo o nome e o número de dimensões.
Sistema Estadual de Avaliação Participativa Seap/RS - Caderno 1 Outubro de 2012	Dirigentes da Seduc mais ligados à formulação do Seap	Gênero: iconográfico Formato: digital Tipo: Caderno	Fazer uma apresentação do que é Seap/RS, com as justificativas, objetivos e constituição. Apresenta as orientações para elaboração da Avaliação Institucional, com as instruções procedimentais gerais do Seap.

Quadro 1: Documentos estudados para a análise de significações do Seap atribuídas pelos seus formuladores

Fonte: arquivos digitais do Seap.

Origens da demanda por um sistema de avaliação institucional

Nos documentos, é reiterada a conveniência de métodos e de uma gestão que possibilite a obtenção de informações mais detalhadas acerca de cada instância que compõe a Rede Estadual de Ensino, que possa servir como base para melhorias no sistema de ensino, e que seja mais compatível com a realidade de cada instituição.

O Decreto n.º 48.744/2011 também sublinha a necessidade do diálogo com a comunidade escolar para discutir os problemas da Rede Estadual de Ensino, e suas sugestões de melhorias. Suas considerações iniciais são voltadas para a pertinência de obter informações de cada instituição, que possibilite melhorias mais afeitas às suas necessidades, assim como a importância do compartilhamento das informações com toda a Rede Estadual de Ensino e seus participantes.

Na parte introdutória do documento *Sistema Estadual de Avaliação Institucional Participativo – RS*, é feita uma contextualização sobre o desempenho da Rede Estadual no Ensino Fundamental, de acordo com o Ideb. A partir dessa observação, é apontada a necessidade de investigar os contextos institucional, social e cultural dos indivíduos que servem de referência para gerar esses dados⁷.

A introdução expõe algumas concepções que orientaram a formulação da política. Ao trazer o contexto da qualidade de ensino do Ensino Fundamental com base nos índices do Ideb, e problematizar o dados quantitativos que fomentam essa discussão, o documento sustenta a relevância de contextualizar as avaliações padronizadas de larga escala. Defende a importância de avaliações institucionais de caráter participativo que gerem dados mais específicos das unidades da rede estadual. Entre os princípios da política proposta, fica evidente a perspectiva de avaliação democrática, e a crítica às avaliações padronizadas que, segundo o documento, “[...] banalizam a complexidade do trabalho educativo de quem “professa”, cotidianamente, na escola.” (RIO GRANDE DO SUL, 2011c, p. 2).

Finalidades do Sistema Estadual de Avaliação Participativa

Nos artigos do Decreto n.º 48.744/2011 são apresentados alguns dos objetivos principais; entre eles, gerar diagnósticos qualitativos com a participação

de todas as instâncias de ensino da rede estadual. Diagnósticos que, por consequência, reflitam na elaboração e implementação de políticas educacionais locais. São assinaladas a importância da participação de todos que compõem cada uma das instituições no processo de avaliação e a relevância de cada unidade da rede nos processos de formulação de políticas. É reforçada a ideia da formulação do Seap/RS calcada em conceitos como os de participação e de gestão democrática.

Em *Sistema Estadual de Avaliação Participativa SEAP/RS - Caderno 1*, praticamente toda a parte introdutória expõe as concepções que estruturam o Seap/RS. Ao posicionar a apresentação e a justificativa da política proposta junto às razões que desencadearam a formulação da política, o texto ressalta a importância de uma gestão de métodos participativos. É orientada a constituição de espaços para refletir, com a comunidade escolar, a melhoria das instituições, sendo esse um requisito essencial para viabilização da educação básica pública de qualidade.

Com a palavra atores da formulação inicial do Seap

Para complementar essa análise dos documentos, com o objetivo de reforçar evidências de significações do Seap para seus formuladores, utilizamos excertos de duas entrevistas feitas com atores-chave no processo de formulação da política, a saber, com uma assessora técnica do Gabinete do Departamento Pedagógico (entrevistado 2) e com um diretor pedagógico (entrevistado 3).

Nas entrevistas, quando perguntados sobre as motivações para a formulação do Seap/RS, seus objetivos e referenciais, os entrevistados sublinharam a intenção de conceber uma avaliação diferenciada. O entrevistado 3, ao falar dos processos de elaboração do Seap/RS, coloca o Seap como alternativa às lacunas deixadas por outros sistemas de avaliação de larga escala, assim como põe mais acento no uso do Seap pelas escolas:

[...] então o Seap, ele surge para dar resposta a esse sistema de avaliação e ser um instrumento de auxílio a escolas nesse processo de melhoria da qualidade da educação, de avaliação, mas avaliação de outro tipo [...]. (ENTREVISTADO 3).

O entrevistado 2, em seu depoimento, faz observações semelhantes com relação ao Seap/RS ser um contraponto, e complemento, às avaliações de rendimento dos alunos:

[...] nós víamos uma grande lacuna em relação à avaliação institucional, em relação à participação dos diversos segmentos, e os dados não levantavam o contexto de aprendizagem dos alunos, contexto institucional, contexto das escolas, então isso era uma lacuna que a gente vinha percebendo [...]. nós vínhamos conversando sobre a necessidade de formular um sistema diferente, um sistema participativo, mas também com avaliação institucional, e foi o início da conversa [...].(ENTREVISTADO 2).

O entrevistado 3 fala também da proposta de uma metodologia participativa para o Seap/RS, baseada nos princípios da gestão democrática:

Outra questão que estava presente era, pela nossa trajetória enquanto sujeitos, a necessidade e a crença que seria possível sim a gente usar uma metodologia participativa mesmo dentro de um aparato estatal com toda a burocracia que tem, mas que era possível fazer isso... tinha se colocado o desafio de pensar a metodologia participativa, e mais ainda a gente queria criar uma metodologia participativa para fazer uma avaliação institucional [...].(ENTREVISTADO 3).

Os depoimentos corroboram as intenções inscritas nos documentos, pois são reiteradas, nas falas, basicamente as mesmas razões e finalidades para a concepção do Sistema Estadual de Avaliação Participativa.

Comentários finais

Os documentos e os depoimentos dos atores da formulação inicial do Seap, de modo geral, trouxeram como principais referenciais para a elaboração da política os conceitos de gestão democrática e de participação, bem como a concepção de

um sistema de avaliação alternativo às sistemáticas de avaliação de desempenho de estudantes. Ao reiterarem a necessidade da qualificação do sistema estadual de ensino, abordam a importância de uma avaliação com diagnósticos qualitativos, considerando as complexidades e o contexto de cada instituição. A intenção de obter dados dos contextos institucionais, oriundos de diagnósticos elaborados pelos sujeitos que vivem os cotidianos das escolas e demais instâncias da rede, é constantemente mencionada.

Nos dois primeiros documentos analisados, essa pontuação vem acompanhada da crítica à avaliação de larga escala, pois sistemáticas de avaliação desse tipo são tidas como limitadas, por não considerarem alguns dados do contexto social dos sujeitos avaliados e tampouco do contexto organizacional das instituições escolares, que seriam essenciais, segundo esses documentos, para fazer melhorias no sistema educacional. Essa narrativa é reproduzida nos depoimentos dos entrevistados, indicando que os referenciais apontados nessas análises são base da formulação do Sistema de Avaliação Participativa, que tem/teve entre seus desafios o de fazer uma avaliação diferenciada, e efetiva, para a qualificação sistêmica da Rede Estadual de Ensino gaúcha.

Notas

- 1 O projeto intitula-se *Análise e avaliação externa de processos e de resultados atinentes à avaliação institucional participativa do sistema estadual de avaliação participativa – Seap/RS*. É desenvolvido sob coordenação do Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), conforme termos de contrato firmado entre a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (Seduc RS) e a UFRGS.
- 2 Um detalhamento da teorização de Kingdon pode ser consultado em Capella (2006).
- 3 Depoimentos colhidos de entrevistas semiestruturadas com o secretário estadual de educação, a assessora técnica do gabinete do departamento pedagógico, e o diretor pedagógico, realizadas no ano de 2014.
- 4 Proredes – Programa de Retomada do Crescimento Econômico Social do RS. É um programa de governo para: “mobilizar a nossa gente em torno de metas claras e objetivas de justiça e inclusão social, crescimento econômico, combate às desigualdades sociais e regionais e recuperação de uma atuação forte e consistente do Estado, frente ao país e ao mundo.” Programa de Governo. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/conteudo/3441/proredes-bird>>. Acesso em: 16 mar. 2015.
- 5 Saers – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul. Foi criado por decreto do Governo do Estado em 2007, para obter informações sobre a qualidade das escolas

- da rede pública estadual. Previa avaliação de duas séries do Ensino Fundamental e do 1º ano do Ensino Médio.
- 6 Entre os autores, assinam os documentos oficiais a Secretaria da Educação ou o Governador, dois dos textos analisados são assinados pela equipe de elaboração: diretor pedagógico, secretária-adjunta de educação, assessoria técnica do gabinete do departamento pedagógico, assessoria técnica do gabinete do secretário; há documentos sem assinatura.
 - 7 Nesse mesmo documento, ao serem enunciadas as dimensões, indicadores e descritores da avaliação das instâncias, são apontadas as referências que levaram à construção do sistema tal qual sugerido na proposta. Entre elas, são citadas propostas que têm em comum a consideração de indicadores de qualidade para diagnósticos e/ou planejamento institucional, como as da Ação Educativa, Fundo das Nações Unidas para a Infância, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Centro de Estudos e Pesquisa em Educação e Plano de Ações Articuladas (PAR).

Referências

- ARRETCHE, Marta T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília; CARVALHO, Maria do Carmo. *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.p. 43-56.
- CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 61, p. 25-52, 1º sem. 2006.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.p. 295-316.
- JACQUOT, Sophie. Approche séquentielle (stages approach). In: BOUSSAGUET, Laurie; JACQUOT, Sophie; RAVINET, Pauline. *Dictionnaire des politiques publiques*. Paris: Sciences Po – Les Presses, 2006.p. 73-79.
- KINGDON, John. Como chega a hora de uma ideia? In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas*. Brasília: ENAP, 2006a.p. 219-224. (Coletânea, v. 1).
- _____. Juntando as coisas. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas*. Brasília: ENAP, 2006b.p. 225-245. (Coletânea, v. 1).
- PROGRAMA de Governo Unidade Popular pelo Rio Grande -PT, PSB, PCdoB e PR. Programa de Governo Tarso Genro – governador; Beto Grill, vice-governador. Disponível em: <<http://www.tarso13.com.br>>. Acesso em: 16 mar. 2015.
- RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 48.744, de 28 de dezembro de 2011. Institui o Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Estado do Rio Grande do Sul – SEAP/RS, e dá outras providências. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP/RS). *Cadernos de Avaliação nº 1. Orientações para a elaboração da avaliação institucional*. Porto Alegre: Seduc/RS, outubro de 2012.

_____. *Lei n.º 13.769, de 4 de agosto de 2011*. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício econômico-financeiro de 2012 e dá outras providências. (publicada no DOE nº 151, de 05 de agosto de 2011) RS. Porto Alegre, 2011a. DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS, ANEXO 1.a. Disponível em: <<http://www.seplan.pi.gov.br/>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

_____. *Lei n.º 13.808 de 18 de outubro de 2011*. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015 e dá outras providências. Porto Alegre, 2011b. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

_____. Secretaria da Educação. Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP/RS). *Cadernos de Avaliação nº 1. Orientações para a elaboração da avaliação institucional*. Porto Alegre: Seduc/RS, outubro de 2012.

_____. Secretaria da Educação. *Sistema Estadual de Avaliação Institucional Participativo – RS*. Porto Alegre: Seduc/RS, 2011c.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, UFRGS, IFCH, ano 8, n.16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

recebido em 10 set. 2015 / aprovado em 6 nov. 2015

Para referenciar este texto:

FARENZENA, N.; CARDOSO, C. C.; SCHUCH, C. C. T. Uma análise da formulação do Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Rio Grande do Sul. *Dialogia*, São Paulo, n. 22, p. 87-101, jul./dez. 2015.
